

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

BARBARA DE PAULA DOS SANTOS

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CENTROS
DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANAGUÁ**

MATINHOS

2014

BARBARA DE PAULA DOS SANTOS

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CENTROS
DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANAGUÁ**

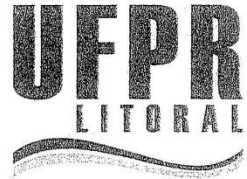
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação do prof. Neilor Vanderlei Kleinübing

MATINHOS/PR

2014



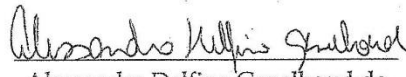
Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Serviço Social



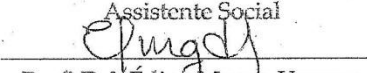
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Orientador Prof. MSc. Neilor Vanderlei Kleinübing, realizaram em 17/06/2014 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **BARBARA DE PAULA DOS SANTOS**, sob o título **PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANAGUÁ**, para obtenção do Título de *Assistente Social* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "AS".

Matinhos, 17 de junho de 2014.




Alessandra Delfino Genelhoude de
Azevedo
Assistente Social


Profª Drª Edina Mayer Vergara
Docente da UFPR – Setor Litoral



Prof. MSc. Neilor Vanderlei Kleinübing
(orientador)


Barbara de Paula dos Santos
Acadêmica de Serv. Social

Conceitos de aprovação
APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação
APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:
CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACRESCER FINAL DO TRABALHO.

Dedico este trabalho à Deus meu maior ajudador, e a minha querida mãe que sonhou isso comigo e me ajudou a realizá-lo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me permitido realizar um sonho, sem Ele eu jamais teria chegado até aqui, sentir Deus nessas coisas tão naturais é incrível, Ele foi quem mais me ajudou e não me deixou desistir em nenhum momento, fui guardada e guiada por Ele nesses anos.

À minha querida mãe Luciana pelo apoio, cobrança, paciência, amor e ajuda, mãe essa conquista é para você.

Ao meu pai Celso pela ajuda financeira e apoio.

À Rebeca Pirath uma criança iluminada, que foi um instrumento de Deus para me apresentar o Serviço Social enquanto profissão, foi vendo as suas necessidades enquanto portadora de deficiência física que eu descobri que caminho percorrer.

À minha querida supervisora de campo de estágio obrigatório Alessandra Genelhoud, conhecer uma profissional humana e íntegra como você foi fundamental em minha caminhada, obrigada por ter compartilhado comigo todo o seu conhecimento de uma forma única e profissional, você realmente me apresentou o Serviço Social de uma forma a qual eu procurava em todos os livros, e só acompanhando sua prática profissional que eu consegui entender e dar sentido a toda teoria que foi me ensinada até o 4º semestre, e a partir daí formular minhas próprias análises e críticas, obrigada de coração.

Ao meu orientador Neilor Vanderlei Kleinübing que deu imenso apoio e compreensão.

Ao professor Antonio Sandro pelo início deste trabalho e aos roteiros que tanto me ajudaram.

Aos colegas de turma, pela caminhada que fizemos juntos, que por vezes compartilhei momentos de tristezas, alegrias e ansiedade. Em especial minha querida amiga Eliana por todos os conselhos, obrigada por ter me ouvido todas as vezes que precisei, por ter sorrido e chorado comigo em todos os momentos que passamos juntas. Joice, Taiane, Angélica, Carol, Patrícia, Ana e Márcia, obrigada meninas vocês são as melhores, tornaram minha caminhada mais colorida e divertida.

Aos meus irmãos em Cristo que desejaram esta conclusão tanto quanto eu, sou imensamente grata por todas as orações e palavras de conforto.

Aos meus familiares que torceram por esta conclusão, em especial minha tia Nivanil e prima Joice, por todas as palavras de ânimo e incentivo ao longo desta jornada.

À todos os meus amigos que contribuíram diretamente ou indiretamente para essa conquista, em especial minha amiga Thayla Suellen por todo o apoio, carinho e paciência, nossas escolhas foram diferentes mas isso não nos impediu de participarmos da formação uma da outra. Jaqueline, Angélica, Aline e Paolla, obrigada por tudo.

À todas as Assistentes Sociais dos CRAS de Paranaguá que abrilhantaram meu trabalho com seus relatos, desabafo e contribuições, sem a fala de vocês o trabalho não teria sentido algum.

Aos docentes que estiveram presentes na minha caminhada, pelos conhecimentos e experiências profissionais e de vida.

*Que os vossos esforços desafiem as
impossibilidades, lembrai-vos de que as
grandes coisas do homem foram
conquistadas do que parecia impossível.*

Charles Chaplin

RESUMO

Este estudo desenvolve reflexões em torno das experiências e significados do trabalho realizado pelos profissionais nas unidades do CRAS na cidade de Paranaguá. A escolha deste tema foi a partir do estágio realizado em uma destas instituições onde tive a oportunidade conhecer o trabalho desenvolvido pela Assistente Social e a rotina da unidade. Conhecer de perto a vida dos cidadãos que são atendidos nesse espaço também despertou o meu interesse em analisar e refletir acerca dos significados e sentidos do trabalho e dos desafios existentes ali. Adotei como base para minha pesquisa com as Assistentes Sociais entrevistadas a fim de analisar e refletir sobre os desafios que estas enfrentam devido à precarização existente nos CRAS da cidade. No contexto dessa pesquisa, as narrativas assumem uma importância primordial, pois através delas foi possível perceber como tem sido desenvolvido o trabalho no CRAS da cidade de Paranaguá.

Palavras-chave: Questão Social, CRAS, Assistência Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA POLÍCIA A POLÍTICA	10
1.1 A QUESTÃO SOCIAL BREVE RESGATE HISTÓRICO E CONCEITUAL	10
1.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO BRASIL ATÉ 1988	16
1.3 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DE 2004	19
CAPÍTULO II	
O DESMONTE DO ESTADO E SEUS REFLEXOS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL	22
2.1 O NEOLIBERALISMO E SEUS REFLEXOS NO BRASIL	22
2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL	26
2.3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS	30
CAPÍTULO III	
A PRECARIZAÇÃO DO SUAS E SEUS IMPACTOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE PARANAGUÁ QUE ATUAM NOS CRAS	33
3.1 OS CRAS EM PARANAGUÁ	33
3.2 DA PESQUISA E O CAMINHO METODOLÓGICO	35
3.3 SER ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS DE PARANAGUÁ	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICES	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda importantes questões sobre a história em torno da Assistência Social no país. Qual e como foi o início das reivindicações objetivando melhorias para os trabalhadores da época.

Assim o trabalho está dividido em três capítulos: Capítulo I: Assistência Social no Brasil: da polícia a política; Capítulo II: O Desmonte do Estado e seus reflexos nos serviços públicos no Brasil; Capítulo III: A precarização do SUAS e seus impactos no exercício profissional dos Assistentes Sociais de Paranaguá que atuam nos CRAS.

O primeiro capítulo trata da questão social, o que é a questão social? Como aconteceu? Quais os envolvidos neste momento tão importante da história?

Antigamente a Assistência Social era vista como caridade, havia um olhar com conotação de clientelismo, uma filantropia e assistencialismo, mas após décadas, importantes mudanças ocorreram.

O segundo capítulo aborda as conquistas ao longo de décadas das lutas e reivindicações motivadas por ideais democráticos que aparecem trazendo significativas transformações e depois de muito tempo são inseridas na Constituição Federal o que culminou na reorganização institucional da Assistência Social no Brasil.

No terceiro capítulo examinaremos o trabalho realizado nas unidades do CRAS na cidade de Paranaguá, por meio de entrevista concedida por seis Assistentes Sociais que estão trabalhando em quatro destas unidades, respondendo aos questionamentos: quais as expectativas e desafios existentes? O estudo norteou-se pela abordagem qualitativa que utilizou o método da história oral vivenciada, onde os sujeitos foram os profissionais que estão atuando nas unidades do CRAS. Na coleta de dados foi utilizada a observação participante, o diário de bordo para registros de observações e intercorrências durante o período de estágio e as entrevistas estruturadas com perguntas semiabertas, onde se levou em conta as vivências dos profissionais, valorizando os aspectos que demonstrem suas experiências. A entrevista foi gravada, transcrita e com a aprovação dos entrevistados, faz parte de grande parte das percepções que norteiam esta pesquisa.

CAPÍTULO I

ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA POLÍCIA A POLÍTICA

Este capítulo traz um breve resgate histórico e conceitual sobre a gênese e desenvolvimento da política social da Assistência Social no Brasil. Para tanto, dividimos o mesmo em cinco seções. Inicialmente apresentamos um resgate histórico e conceitual sobre a questão social. Uma vez feita esta contextualização, explicitamos de que forma a questão social se fez manifesta em nosso país a partir do início do século XX e as respostas que o governo deu à mesma frente a pressão da classe trabalhadora. Dentre tais iniciativas destacamos as primeiras ações no âmbito da assistência e como esta foi sendo organizada até a Constituição de 1988. Encerramos o capítulo apresentando a configuração da política nacional de assistência social especialmente, após a criação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

1.1 A QUESTÃO SOCIAL BREVE RESGATE HISTÓRICO E CONCEITUAL

Surgiu na Europa no século XIX devido ao processo de urbanização e industrialização, este causou o empobrecimento da classe operária, que se rendia ao capitalismo industrial, neste momento a classe passa a se conscientizar da situação em que trabalhava.

O capitalismo promoveu muitas mudanças isso incluiu um novo ritmo da vida e do trabalho. Para Martinelli (1997) “o capitalismo revelou desde logo, que suas influencias não se restringiam apenas as relações comerciais ou ao processo industrial; atingia isto sim a sociedade como um todo”.

Porém junto com o capitalismo caminhou a desigualdade entre classes valorizando o capital consolidando assim o poder da burguesia industrial. Havia o benefício para os donos do capital e o empobrecimento da classe trabalhadora, assim os burgueses acreditavam que seu poder estava consolidado.

Para a burguesia a pobreza era considerada normal e ainda encarada de forma repressora e moralizante. O social passa a ganhar ênfase na segunda metade do século XIX o que então era considerado normal passa a ser contestado, pois a pobreza era encarada como algo normal ou um fenômeno disfuncional.

Porém esta coesão social passa a sofrer ameaças, pois neste cenário aparecem pessoas preocupadas com as injustiças e desigualdades cometidas e então o que antes era resolvido com caridade precisa da atenção do Estado dando direitos aos cidadãos.

Assim configura-se a questão social através de lutas que buscam direitos para todos rompendo a relação entre trabalho e capital. Assim o proletariado passa a ter consciência de seus direitos com suas lutas.

Iamamoto (2001, p. 77) define que:

[...] questão social não é senão, as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe, por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Destacando ainda que:

[...] é fato conhecido que historicamente a questão social tem haver com a emergência da classe operaria e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder e, em especial pelo Estado. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho consubstanciados em serviços e políticas sociais, o que, nos países centrais expressou-se... no Estado Social. (IAMAMOTO, 2001, p.47)

A questão social é a forma de expressar as contradições do capitalismo onde os trabalhadores produzem a riqueza e quem a usufrui é somente o dono do capital. Este não atendia nem sequer às necessidades básicas de seus trabalhadores.

A questão social se refere a mudanças que ocorrem na sociedade, a classe operária entra no cenário político e quer ser reconhecida pelo Estado tentando fazer que hajam políticas que os beneficiem.

Durante muito tempo a questão social era confundida por muitos como uma ameaça à ordem social. A classe operária lutava por direitos com relação ao trabalho, tentando fazer com que o Estado reconhecesse que tinha direitos.

Para Yamamoto questão social era entendida como:

“Diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (2001, p.10).

A questão social é a forma de expressão a contradição entre o trabalho e o capital. Esta contradição vem do capitalismo, pois por um lado o homem tem acesso a cultura, ciência e as forças produtivas do trabalho, porém aumenta o capital dos ricos e a miséria e a pobreza aumenta para o trabalhador.

Em outras palavras há o acúmulo de riqueza, mas a distribuição é desigual, pois o capitalismo demonstra as diferenças existentes. Um momento em que as condições do proletariado são muito difíceis deploráveis isso é demonstrado por meio dos movimentos da época. Então isso faz com que estes se revoltem e indignados com sua situação.

A industrialização trouxe inúmeras mudanças o que antes ocorria de forma artesanal e manufaturada passa a ser produzido em fábricas com empregados assalariados a produção mecanizada isso gera em diferentes setores da vida transformações.

Neste momento o capitalismo se espalha e muitos dos camponeses ficam sujeitos aos donos do capital e passam a ser assalariados subordinando-se as exigências desses. Os trabalhadores passam a ser proletariados estando sujeitos totalmente ao capital, este processo traz uma nova estrutura social com mudanças políticas que são moldadas pelos objetivos burgueses.

Martinelli (1997, p.29), enfatizando os estudos de Marx cita que:

[...] compreender o capitalismo como categoria histórica implica viabilizá-lo não apenas como um período histórico ou uma ordem econômica distinta. É preciso considerá-lo em sua condição de categoria histórica, social e econômica, como um modo de produção associado a um sistema de idéias e a uma fase histórica.

Neste momento era evidente já a separação do capital e o trabalho mostrando a falsa ilusão que o capitalismo criou. A classe operária se rendia a burguesia que eram sujeitos aos salários dados pelos donos do capital. Pagar salário para os

operários era uma forma de aprisioná-los então os salários eram baixos e os lucros altos.

[...] uma demanda contínua de mão-de-obra para atender ao ritmo acelerado da produção fabril, tem-se uma concentração da população operária que passa a viver nos arredores das fábricas, contribuindo como surgimento das cidades industriais, como condição necessária do capital.

Iamamoto (2000, p. 59) ressalta que:

[...] A existência de grandes massas de trabalhadores disponíveis a serem imediatamente absorvidas, sem que a escala de produção em outras órbitas seja afetada, é condição para que o processo de acumulação ampliada se renove. Essa massa de trabalhadores é oferecida à indústria pela existência de uma população excessiva colocada em disponibilidade, devido a métodos de produção que diminuem, proporcionalmente, a cifra de trabalhadores ante a ampliação da mesma produção.

A condição dos trabalhadores era difícil, as dificuldades eram inúmeras dentre essas falta de infra-estrutura no ambiente de trabalho, carga horária de 14 a 16 horas além de falta de segurança e higiene não tinham férias caso ocorresse acidentes não tinham nenhum direito, os operários viviam em lugares precários, pobreza, doenças, isso incluindo a expansão urbana acelerada que aumentava a quantidade de pessoas nos lugares.

Martinelli (2001, p. 41) afirma que:

[...] O surgimento das cidades industriais impôs uma nova fisionomia ao contexto social, passando a própria urbanização a ser uma variável da industrialização capitalista. Às precárias vilas operárias, construídas com freqüência em locais inadequados à qualidade de vida, porém amoldadas às exigências do capital, correspondem as grandes construções arquitetônicas, que como verdadeiros símbolos da burguesia invadiam os espaços geográficos, dando-lhes uma nova conformação.

O capitalismo com o passar do tempo muda tudo em sua volta impondo uma diferente forma de relações sociais. Muda a forma de vida e de trabalho também sofre com estas mudanças. Fica evidente que o capitalismo não só mexe com a questão econômica vai além muda uma sociedade toda. Porém com o passar das décadas isso vai mudando e o capitalismo tão sonhado e idealizado estava em decadência.

Havia uma grande depressão em toda a Europa esta espalhava seus efeitos pelos países, a migração de pessoas para os Estados Unidos demonstrava as

dificuldades para as famílias na Europa. Enquanto isso a classe dominante não deixava de fazer esforços para conter a crise que se espalhava. O capitalismo mostra a dura realidade perdendo sua máscara que escondia uma falsa ilusão de progresso.

A economia estava um desastre e no tocante ao quadro social era preocupante aumentava o desemprego e a pobreza.

Segundo Martinelli:

Somente nos primórdios do século XX é que o quadro se tornou um pouco mais estável, determinando uma certa queda do nível de tensão reinante. Tratava-se, entretanto de uma estabilidade fugaz, pois logo foi interrompida pelo conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que precederam a I Guerra Mundial e a Revolução de 1917 na Rússia. (2001, p. 56).

Aparece neste momento novas bases para o capitalismo, o monopolista.

Segundo Mandel (1982, p. 412), capitalismo monopolista é:

[...] uma fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista em que um aumento qualitativo de concentração e centralização do capital leva a eliminação da concorrência dos preços de toda uma série de setores-chave da indústria, em que são feitos acordos monopolistas, nos quais umas poucas empresas dominam completamente um mercado após o outro. O capital bancário se funde cada vez mais com o capital industrial, formando o capital financeiro, onde uns poucos e grandes grupos financeiros dominam a economia de cada país capitalista. Esses monopólios gigantescos dividem entre si os mercados mundiais de mercadorias-chave e as potências imperialistas dividem o mundo em impérios coloniais ou áreas de influência semicolônias. Uma tendência a “regular” (isto é limitar) os investimentos e a produção nos setores monopolizados vigora a partir daí, a despeito do surgimento do superlucro monopolista, de maneira que o excesso de acumulação leva a uma busca frenética de novos mercados investimento de capital, e daí ao crescimento da exportação de capital.

Segundo Mandel:

[...] O capital imperialista ou monopolista investido no campo das matérias-primas, que anteriormente havia conseguido apropriar-se não apenas de lucros coloniais, mas também monopolistas, teriam cada vez menos interesse em se limitar a produção de matérias-primas nas semicolônias. O capital monopolista internacional passou a interessar-se não somente pela produção de matérias-primas abaixo do custo por meio de métodos industriais avançados, em vez de utilizar escravos coloniais para produzi-los, mas também pela produção nos próprios países subdesenvolvidos de bens acabados que ali poderiam ser vendidos a preços de monopólio, em lugar das matérias-primas que haviam se tornado excessivamente baratas. Assim, a reprodução da divisão do trabalho criada no século XIX está entrando em colapso vagaroso, mas firmemente, face à súbita expansão da

produção de matérias-primas e a uma alteração nas taxas diferenciais de lucro provenientes da produção de matéria prima e da produção de bens acabados. (MANDEL,1923, p 87)

Devido ao desenvolvimento do capitalismo houve aumento enorme da desigualdade levando a população trabalhadora a pobreza. Neste momento a classe toma consciência da situação em que se encontram onde é visível a contradição entre produção e capitalismo. Os trabalhadores geram a riqueza enquanto os donos aproveitam sem preocupar-se com as necessidades básicas dos trabalhadores que vivem em condições de extrema pobreza e falta de qualidade no trabalho.

A classe europeia buscava sair da depressão econômica tentando uma recuperação, porém foi uma calmaria momentânea iniciou um conjunto de problemas junto com a primeira guerra mundial e Revolução de 1917, mas o movimento dos operários ainda deixava a classe dominante com ansiedade. Durante o século XX foram intensas as manifestações e as lutas e do trabalhador europeu.

Ela se deu a partir de lutas contra o trabalho escravo e excessivo, manifestações, criações de sindicatos forma organizada de atuarem onde se organizava o proletariado.

Os trabalhadores viviam com a desigualdade gerada pelo capitalismo, com a enorme pobreza, as condições precárias nas fábricas, onde não havia higiene e nem segurança além da falta de direitos para os trabalhadores.

Porém esta consciência dos direitos que deviam ter vem de intelectuais da época, pessoas que não dividiam das mesmas idéias dos da sua classe e então passam a transmitir suas idéias e junto com esses alguns levam adiante ideais de uma nova sociedade mais justa onde a classe do proletariado tenha direitos, para isso era preciso a atenção do Estado.

Segundo Lênin (1959) apud Nun (1978, p.20)

[...] a consciência não surge do proletariado, mas da burguesia. É a partir dos cérebros de alguns membros isolados dessa camada social que o moderno socialismo emergiu; esses intelectuais transmitiam por sua vez, suas idéias a alguns proeminentes líderes operários, para o seu próprio desenvolvimento intelectual. Esta vanguarda proletária posteriormente disseminará esse conhecimento no interior das lutas de classes, na medida em que as condições o permitam, de modo que a consciência socialista é algo introduzido na luta de classe de fora para dentro e não, algo que nela surja espontaneamente intelectual.

Uma tomada de consciência foi o que ocorreu, devido a uma situação lastimável a classe trabalhadora com incentivo de intelectuais da época foram em busca de seus direitos.

O governo tenta mascarar a situação tomando medidas para abafar as lutas ocorridas e as reivindicações existentes.

A industrialização e a urbanização foram pontos determinantes para a questão social. Para os conservadores e a burguesia essas lutas e reivindicações da parte dos operários são consideradas atos desordeiros não vistos como uma busca de direitos, mas uma rebeldia que precisa ser combatida.

A conservação da ordem que é comprometida com essas lutas da classe trabalhadora é o objetivo da burguesia que se sente ameaçada com essas reivindicações. Manter a ordem é importante para os donos do capital que aproveitam suas condições para ficarem cada vez mais ricos, porém a classe trabalhadora fica cada vez mais pobre.

Na história humana sempre houve obras caridosas, muitos problemas eram encarados com um fundo moral ou carente. A igreja estava envolvida nessas ações de caridade como tentativa de mascarar os problemas da época.

Tão presente era a igreja que na época existiam capelas dentro das indústrias onde se obrigava o operário industrial a assistir às missas apresentadas. Isso também acontecia nas Vilas Operárias.

Mas com o tempo passaram haver programas assistenciais para atender algumas necessidades dos trabalhadores e de seus familiares.

1.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA NO BRASIL ATÉ 1988

Devido o movimento dos operários em toda Europa passa a existir a primeira nação socialista. O Tratado de Versilles apoiando a classe operária busca uma forma de instaurar uma nova política social. Neste momento também se criam escolas de serviço social na Europa.

Os grandes movimentos da classe operária tornaram-se um marco na história, pois trouxeram a questão social a tona onde queriam não minimizar os problemas, porém buscar soluções para estes.

Surgem instituições assistenciais neste período, por exemplo, a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), a Liga das Senhoras Católicas, estas instituições já mudam sua face das atividades somente de caridade antes apresentadas.

Segundo Yamamoto:

O surgimento dessas instituições se dá dentro da primeira fase do movimento católico de reação católica, da divulgação do pensamento social da igreja e da formação das bases organizacionais e doutrinárias do apostolado laico. Tem em vista não o socorro aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas seqüelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere menores e mulheres (2001, p. 98).

Estas instituições embora ainda com ações paternalistas e assistenciais ajudaram a criar uma nova visão lançando bases para a expansão da Ação Social Estella de Faro que foi segundo Yamamoto a primeira coordenadora do ramo feminino da Confederação Católica.

Nasce nesta década mais instituições que demonstram estar comprometidas com a Ação Social.

Em 1932 surge o CEAS o Centro de Ação Social de São Paulo inicia dando um curso para moças onde a Mlle. Adèle Loneaux é convidada a ministrá-lo e neste é incentivado a visar o bem estar da sociedade.

Segundo Yamamoto apud Eugenia Gama Cerqueira (2001) o “objetivo do CEAS será promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”.

No ano de 1934 foi criada a LBA que segundo Yamamoto (2001) “o Estado fica obrigado a assegurar o amparo dos desvalidados e fixa a destinação de 19 das rendas tributáveis à maternidade e a infância”.

Em 1935 foi criado o Departamento de Assistência Social do Estado e cabia a ele importantes ações, este era subordinado a Secretária de Justiça e Negócios Interiores tendo como uma das suas principais ações à assistência ao menor.

Em 1938 a Seção de Assistência Social tem como objetivo inserir indivíduos a sociedade assim a pessoa participa dos projetos apresentados para auxiliar na sua adaptação ao meio social ajudando também com uma pequena ajuda material. Depois passa a se chamar Departamento de Serviço Social.

O Estado aumenta sua atuação e a ajuda assistencial particular passa a ser racionalizada onde passa ter mais burocracia para a participação destas instituições. Estas instituições passam a estar subordinadas ao Estado.

Em 1940 surgem no país varias escolas de serviço social ainda com formação de forte influencia da igreja católica, porém há a formação de apenas uma turma.

Os alunos diplomados são poucos se resumindo apenas ao Rio de Janeiro e São Paulo e a Escola de Enfermagem Ana Nery que disponibilizava o curso de Serviço Social pela Escola Técnica de Serviço Social não há números exatos de alunos formados.

Até o fim da década de 40 os alunos com essa formação seriam poucos para a quantidade de trabalho que havia outro agravante é que estes profissionais concentravam-se em São Paulo e no Distrito Federal.

Segundo lamamoto:

À demanda por assistentes sociais diplomados - durante o período estudado - constantemente excedeu o número de profissionais disponíveis. Os mecanismos de cursos intensivos para auxiliares sociais e as bolsas de estudos mantidas pelas grandes instituições que começam a surgir a partir de 1942 foram a forma encontrada de acelerar a formação de Assistentes Sociais (2001, p.102).

Embora não tenha ocorrida uma "democratização da profissão" houve segundo lamamoto (2001) "um alargamento da base de recrutamento, que deixa de ser um privilégio das classes dominantes, para abarcar crescentemente parcelas da pequena burguesia urbana".

As lutas foram constantes buscar direitos, mais justiça e igualdade e embora houve algumas importantes mudanças as políticas assistenciais ainda estão falsificadas e com burocracia sempre visando primeiro não o bem estar dos trabalhadores, mas sim interesses políticos e dos burgueses.

Até este período o Estado por meio dos benefícios e direitos mascarava o que o capitalismo tirou do proletariado tudo isso embasado por políticas sociais.

Novas idéias já vinham aparecendo neste cenário, porém com a constituição de 1988 isso solidificou mais essas políticas sociais dando direitos aos cidadãos, direitos sociais. A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira.

Passa a ser incluída na seguridade social, sendo regulamentada pela lei Orgânica - LOAS com isso a assistência social passa a fazer parte da lei sendo um direito dando ao Estado a responsabilidade do cumprimento destes direitos.

Está envolvido também outro direito o da proteção social que envolve segurança de sobrevivência, de acolhida de convivência ou vivência familiar.

1.3 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A PARTIR DE 2004

As primeiras diretrizes da assistência social no Brasil são expressas na Constituição de 1988, quando pela primeira vez a assistência é colocada como dever do estado, junto com a saúde e previdência, formando o tripé da Seguridade Social. Trata se de um grande ato na historia do país, onde é marcada a transição do assistencialismo para a política de assistência social como direito de todo cidadão. *“Isso significa que, do ponto de vista formal, a assistência social se converte em direito reclamável pelo cidadão, devendo ser encarada não mais como concessão de favores, mas sim como prestação devida de serviços.”*(ROSA, 2006, p. 9)

Porém somente em 1993, com a Lei Orgânica de Assistência Social LOAS é que estes objetivos e ações são elaborados mais profundamente, quando no artigo 5º definem-se as seguintes diretrizes para a política da assistência: descentralização político-administrativa, municipalização, comando único, controle social e participação popular. E assim em 2004 o Conselho Nacional de Assistência Social CNAS aprova a Política Nacional de Assistência Social PNAS que através do Sistema Único de Assistência Social SUAS pode efetivamente dar concretude as objetivos da LOAS.

Desta feita, o SUAS é a possibilidade de materialização da Lei Orgânica de Assistência Social, da profissionalização da assistência social, da construção de um sistema que exige e tem como princípios a ética e a civilidade na perspectiva de eleger a justiça social e vinculá-la a consagração de direitos, rompendo com a cultura do “mérito”, do clientelismo do “necessitado”. (CARVALHO, GEBER. 2005, p.8)

O SUAS é um sistema publico que tem como objetivo organizar todos os serviços e benefícios da rede socioassistencial do País. É um avanço importante

para que pessoas em estado de vulnerabilidade social tenham seu direito constitucional assegurado.

“O SUAS é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e tem gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de Governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados e Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil...” (BRASIL, PNAS 2004)

Nesta concepção, o SUAS está organizado de diferentes complexidades que se dividem em níveis de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Na Proteção social Básica são atribuídos os casos de baixa complexidade onde o direito ainda não foi violado, eles serão encaminhados ao Centro de referência de assistência social CRAS. Na Proteção Social Especial são atribuídos os casos de média e alta complexidade onde os usuários já tiveram seus direitos violados, estes serão encaminhados ao Centro de Referência Especializada de Assistência Social CREAS.

O CRAS tem como objetivos prevenir as situações de risco, como é responsável pelos casos onde o usuário ainda não teve seus direitos violados ele tem a função de proteger essa população em situação de vulnerabilidade social, decorrente de inúmeros fatores como pobreza, privação, precário acesso aos serviços públicos e/ou fragilização vínculos afetivos relacionados ao pertencimento social por discriminação étnica, de gênero, étnica e por deficiência; na tentativa de minimizá-las através de dos serviços, programas, projetos e benefícios da rede de proteção básica, sempre tendo a família como ponto central nas ações de trabalho. Convém ressaltar que a Assistência tem caráter temporário na vida das pessoas, ela deve se comprometer com a criação de mecanismos que promova autonomia a fim de emancipar os sujeitos.

Dentre os programas/projetos o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF é o de maior relevância dentro do CRAS, sendo o eixo estruturante do funcionamento deste. O objetivo central do PAIF é a proteção da família onde se busca prevenir a ruptura dos laços familiares e comunitários; através...

[...] “de ganhos sociais e materiais às famílias; a promoção do acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; e o apoio a famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.(BRASIL 2004)

A Proteção Especial é realizada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS, os serviços especializados destinam-se a pessoas em situação de risco, usuários que já tiveram seus direitos violados e precisam de um acompanhamento social, físico e psicológico. Casos como de abuso, violência, abandono de incapaz e etc. O objetivo do CREAS é acolher e atender a família, a fim de fortalecer os vínculos familiares perdidos pelo processo que geralmente é doloroso e complicado, dando assim subsídios para que essa família consiga se reestruturar.

CAPÍTULO II

O DESMONTE DO ESTADO E SEUS REFLEXOS NOS SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL

Este capítulo traz uma respectiva sobre o neoliberalismo e seus reflexos nos serviços públicos no Brasil. Além de fazer uma reflexão dos momentos que o país passou influenciando nas políticas públicas. Atualmente o país dispõe de uma Constituição que garante direitos aos cidadãos que necessitam da ajuda do Estado. Porém ainda existem desafios que serão abordados sobre a precarização do trabalho do assistente social no âmbito do SUAS.

2.1 O NEOLIBERALISMO E SEUS REFLEXOS NO BRASIL

É importante entender o que é o neoliberalismo. O neoliberalismo defende em sua filosofia o direito à liberdade privada, ou seja, o Estado não tem o direito de intervir na economia. Essa política neoliberal surge na década dos anos 70, colocando-se em crise a economia mundial. Havia um crescimento econômico que ocorreu a partir da II guerra Mundial e com a chegada do neoliberalismo houve uma queda, com a queda no preço do petróleo a crise se agrava em 1973.

Alguns importantes personagens representam esta corrente como Milton Friedman, Von Hayec, e a escola de Chicago. O NEO é para representar novo e liberalismo para liberdade esse liberalismo vem com uma nova maquiagem, pois é advento do capitalismo baseando-se no individualismo e na liberdade da empresa.

Para o neoliberalismo há crise porque o Estado se envolve demasiadamente na economia isso desde 1930. Para os defensores desta política a crise era devido ao excesso envolvimento do Estado e se não houvesse essa intromissão não aconteceria a crise, no entanto não foi assim que aconteceu isso fortaleceu a concepção dos neoliberais.

O neoliberalismo tem como maior objetivo dar lucro aos empresários privados o lucro é mais importante que à satisfação das necessidades sociais, ou seja, o

trabalhador pode ser explorado, pois acima do seu bem estar esta os lucros. Isso faz com que grandes empresas tenham lucros excessivos sem pensar no bem estar de seus trabalhadores. Isso implica no desaparecimento de ações importantes para os cidadãos como programas de seguridade social; programas de moradia do Estado; leis que protejam o salário mínimo, legislação a favor dos sindicatos; controle de preços dentre outros.

Por exemplo, para que todos tenham emprego devem ser baixados os salários independentes das condições que fiquem estes empregados, isso é visto na atualidade, pois muitas empresas têm seus salários baixos e visto indivíduos precisarem submetem-se a salários baixos muitas vezes injustos devida a necessidade.

Pensar em objetivos sociais estão fora de questão o que vale é o lucro, os benefícios individuais das empresas, quando foi fundado o liberalismo havia como preocupação com o sentido material, porém também a preocupação com os trabalhadores, mas no neoliberalismo a ideologia é contrária esta preocupação com os trabalhadores não existe, sendo assim a satisfação dos trabalhadores não conta. O importante é que haja liberdade na economia mesmo que para isso tenha que sacrificar alguns da população para que outros vivam melhores.

Friedrich Hayeck ctado por Franz Hinkelammert diz que:

Uma sociedade livre requer certos valores que, em última instância, se reduzem a manutenção de vidas, não a manutenção de todas as vidas, porque poderia ser necessário sacrificar vidas individuais para preservar um número maior de outras vidas. Portanto, as únicas regras morais são as que levam “cálculo de vidas” a propriedade e o contrato. (1984, p.88)

Essa crise iniciou a partir de 1081, porém a partir do governo de Collor fica maior ainda a divida externa é uma contribuinte para a implementação do neoliberalismo. Este governo cede às pressões da época e essas políticas anti populares são estabelecidas no país trazendo dificuldades aos menos favorecidos acarretando diminuição de salários, privatização de bancos, privatização de empresas estatais, falência de pequenos e médios produtores de vários ramos, grande corrupção neste período da história.

Mas em 1992 o presidente Collor de Melo resultou no impeachment isso gerou a mobilização da população que foi às ruas um movimento conhecido até hoje e chamado de caras pintadas. Nesta fase o país passou por um colapso onde a

reduções de salários, o aumento dos preços dos produtos considerados básicos, também o aumento dos serviços essenciais para a sobrevivência de uma sociedade como a luz, abastecimento da água, consulta médica e outros passaram por mudanças sacrificando uma parte da sociedade.

Como em todas as ações existem suas consequências o país não deixou de sofrer as suas devido ao neoliberalismo.

Na época do governo de Collor Melo essas medidas neoliberais mostram as consequências negativas para a população mais pobre do país, os pobres tornaram-se mais pobres ainda as melhoras nas condições de vida do povo tão prometida pelo governo foi um fracasso, no entanto para os setores de mais alta renda foi beneficiado. O que chamaria de melhor tornou-se pior para a grande massa aumento nos preços, baixos salários, aumento do desemprego.

Segundo Laurell:

Ao contrário, portanto, dos preceitos neoliberais, o ajuste estrutural se exige a presença do Estado como um ator central no processo de construção de modernidade. Mas não de qualquer Estado. Exige um Estado democrático permeável às demandas e necessidades sociais, com capacidade de governo, isto é, de ordenar as relações entre sociedade civil organizada e as instituições políticas, com capacidade técnico administrativa e de planejamento. (1994, p.37-68)

Num Estado Liberal as relações econômicas e sociais são tentadas a dispolitizar, quando há a tentativa de separar a política da economia. O neoliberalismo enfrenta contradições importantes. Estas economias crescem dentro de certos limites ou reduzem taxas de inflação, mas às custas de polarização produtiva e social, crescem neste âmbito os monopólios, pois o neoliberalismo ajudam essas empresas crescerem em poder.

Outra questão importante é a queda de salários recaindo a crise nos assalariados. Alguns são privilegiados com essa política.

Uma luta desigual os fortes somente conseguem sobreviver, pois tem condições econômicas para isso a isso denomina-se darwinismo social onde em palavras simples é a lei do mais forte, assim como acontece na selva quem pode mais chora menos. Alguém neste sistema sempre tem que ser sacrificado, não precisa haver igualdade.

Foram criadas nesta época no Brasil programas de ajustes como forma de estabilizar a economia, pode-se chamar de políticas de curto prazo. Dentre essas

políticas encontra-se a política fiscal neste caso a inflação acontece porque o Governo gasta mais que arrecada, então para cobrir o Estado faz com que circulem mais moedas assim terão mais dinheiro circulando para comprar poucas coisas.

Isso traz benefícios à estrutura pública, porém há menos investimentos nos serviços sociais entende-se então que a maior parte da população carente sofre mais. Claramente foi visto quando empresas estatais foram fechadas demitindo seus funcionários. Esta foi uma fase que o crédito foi mais restritivo, menos dinheiro na mão da população maior aumento dos produtos chamados de política monetária restritiva.

Na época o valor da moeda corrente não variou tanto na diferença do dólar isso era importante, pois quando subiam os preços se dava mais moeda por cada dólar isso causava uma desvalorização para a moeda, chamava-se a esta medida estabilização e liberalização cambial.

As políticas de ajustes buscavam melhorar para isso ocorreram mudanças na estrutura produtiva e institucional essas políticas permitiam uma maior diversificação da economia, obtenção de uma eficácia econômica, a redução da intervenção do Estado na economia.

Por exemplo, o Estado não podia fixar preços, isso incluiu taxas de juros nos bancos estes tinham livre poder de decisão, mão de obra os empresários pagavam o que queriam, pois o Estado não fixava o valor dos salários mínimos, bens de serviços, itens necessários como o da alimentação como arroz, feijão e outros tiveram aumento dificultando assim que os menos abastados conseguissem manter certos alimentos.

O Estado também não controlava a exportação, maior privatização dos bancos, privatização de serviços como luz, água, telefones, educação, saúde e outros, empresas que asseguravam bons lucros sendo empresas e eram estatais eram privatizadas, redução de tarifas para importação, exportação de vários produtos não somente os tradicionais, .

Essas foram medidas que o governo da época tomou para tentar superar os problemas enfrentados. Segundo o neoliberalismo as empresas privadas são as únicas que conseguem sucesso e o Estado era considerado um perturbador da economia. Muito disso ocorre visto que pises que dívida emprestam dinheiro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial assim eles fazem exigências e nas suas esta a implementação de programas de ajustes estrutural, e a dívida

adquirida pelo país que deve ser paga com propriedades do Estado para empresas privadas.

Esses planos permitem que essas empresas possam aumentar seus capitais e lucros com isso a sociedade passa dificuldades. Assim a população tem menor poder aquisitivo, o Estado diminui os gastos com a sociedade então os mais carentes ficam muitas vezes sem tratamento de saúde e outras necessidades básicas, época boa para os empresários, pois pagaram menos impostos, empresas lucrativas que eram do Estado.

Os bens do Estado são da sociedade quando essa situação fica deste jeito significa que a sociedade está desprovida até de ações básicas que um governo precisa dar a seus cidadãos.

2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL

As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social. Dessa forma, pode-se afirmar que não há política social desligada das lutas sociais. O Estado desse modo assume algumas das reivindicações populares, como, por exemplo, as dos trabalhadores que lutam por condições melhores de trabalho.

Segundo Faleiros:

[...] As políticas sociais são como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (1991, p.8)

Falar do Serviço Social introduzido no Brasil abrange uma situação histórica não é um fato isolado, pois envolve acontecimentos de vários fatores, econômico, social, político e religioso. Os acontecimentos foram se arrastando durante alguns anos, porém no ano de 1920 houve um aceleração contribuindo para a Revolução de 1930. (LIMA, 1987).

Para Yamamoto (2001) “a implementação do Serviço Social no país veio da iniciativa privada de grupos e frações de classes, que se manifestaram,

principalmente por intermédio da Igreja Católica, no período compreendido de 1920 e 1930”.

Devido a acontecimentos no mundo como à crise do comércio internacional, a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque e o movimento de 1930 houve grandes transformações influenciando assim nas expressões da questão social. Com essa situação os direitos passam a ser reconhecidos e assegurados na Constituição de 1934 e para os trabalhadores formais tinham esses direitos vinculados as leis trabalhistas.

Essa Constituição trouxe alguns importantes benefícios para os cidadãos como: amparo aos desvalidados; famílias grandes teriam atendimento; amparo a maternidade e à infância. Também as constituições seguintes dos anos de 1937, 1946, 1967 e 1969 priorizavam o trabalhador e as crianças e adolescentes. (COUTO, 2004).

Mas no ano de 1936 acontece o marco para o Serviço Social, pois inaugura a primeira escola situada no Estado de São Paulo o CEAS- Centro de estudos de Ação Social. Depois surgiram mais escolas no ano de 1937 no Rio de Janeiro. Estas escolas trouxeram benefícios, pois com o surgimento destas o significado da profissão passa a ser melhor compreendido.

Através do decreto-lei de 01 de julho de 1938 foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social e também indicava quais eram as bases de organização do Serviço Social para todo o país.

Segundo Vieira (1978) “ainda neste período o Serviço Social apresentava características assistencialistas, centradas nos problemas do ajustamento individual, apoiando-se em valores confessionais e com uma atuação empírica”.

No período de 1942 é criada a Legião Brasileira de Assistência que ainda demonstra uma atitude clientelista e paternalista com o objetivo de atender aos interesses do Governo, no ano de 1943 o governo implanta a Consolidação dos Direitos Trabalhistas nesta estão os direitos e deveres do trabalhador.

Para o Serviço Social os anos de 1947 e 1967 foram marcados por mudanças mais rápidas, isso envolvia uma diferença na maneira de atuar do profissional que era encarada de forma mais científica. Três métodos foram utilizados, esses incluíam o Serviço Social de Grupo, Serviço Social de Caso e de Comunidade.

Os conceitos passavam por mudanças era preciso reformular e reconcertar as ideias para a prática profissional dos Assistentes Sociais e essa vai de 1967 a 1970 onde inicia um recomeço para estes profissionais tão ansiosos de sua ação.

Ainda havia o conservadorismo aqueles que não entendiam a nova proposta, qual era realmente o significado deste trabalho isso causa um problema, pois encara uma nova realidade traz desafios e nem todos os aceitam tudo isso junto a Ditadura Militar na época.

Segundo Iamamoto (2001). "pode-se dizer que foi um momento de revisão e questionamento da profissão nos limites de uma dada conjuntura, especificamente nas décadas de 60 e 70".

Para Iamamoto:

O centro de preocupações do Serviço Social nesse período foi assegurar a sua contemporaneidade, levando-o a enfrentar junto à sociedade as questões da democracia, da cidadania e dos direitos sociais, tendo em vista que a luta pela defesa desses valores são atribuições do assistente social segundo o Código de ética que rege a profissão (IAMAMOTO, 2001).

Alguns órgãos foram criados neste período da história dentre estes pode-se citar: o Ministério da Previdência Social, a Fundação de Bem-Estar do Menor - FUNABEM, o Sistema Nacional de Assistência Social - SINPAS que integrava o INSS, o Instituto Nacional de Assistência Médica – INAMPS e o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social – IAPAS.

O significado social da profissão foi o que marcou os anos 80 havia então a preocupação com a especialização do trabalhador e a preocupação com o social. Em 1984 há a aceitação de uma Proposta Nacional de Assistência Social, mas somente em 1985 a Assistência Social é vista como política pública onde o PND reconhece o usuário enquanto sujeito de direitos que deve ter ampliada a sua possibilidade de participação nos assuntos relacionados às políticas públicas. Assim, iniciava-se o rompimento com a visão de assistência social tutelar e caritativa (SPOSATI, 2007).

No período pós Constituição Federal de 1988 evidencia-se o neoliberalismo no campo social. Especificadamente, com o processo de Reforma do Estado, iniciado na década de 90, o neoliberalismo se empenha em alcançar um Estado menor, mais barato e ágil mediante políticas de privatização, terceirização e parceria

público-privado. O Estado passa então, a transferir as suas responsabilidades para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para o mercado.

Conseqüentemente, a fase de regulamentação e implementação de políticas sociais, se esbarra em aspectos de onde neoliberal cuja visão se baseia no conceito de que o mercado é o principal mecanismo e insubstituível de regulação social e defesa do estado mínimo. O neoliberalismo implicou na desregulamentação de direitos sociais, no corte dos gastos sociais e na dificuldade de implementação de políticas sociais.

Segundo o olhar teórico-profissional do Serviço Social, política social pode ser entendida como aquele conjunto de ações determinantes de Estado na formulação, execução e avaliação de programas que visem estabelecer medidas de proteção social aos indivíduos marcados pela exclusão econômica resultante do modelo de produção capitalista, ou mesmo dos múltiplos imprevistos do cotidiano.

O ano de 1988 é de suma importância para nossa história, pois com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil passa a reconhecer que a Assistência Social é dever do Estado e não é uma política complementar ela passa fazer parte da Seguridade Social indicando isso que todos os cidadãos que necessitam devem ter acesso aos seus direitos previstos na lei. (BRASIL, 2008a, V. 01).

A Constituição Federal com a Lei de 8.742 do ano de dezembro de 1983 apresentam o LOAS que é a Lei Orgânica de Assistência social vem reafirmar a assistência Social como política da Seguridade Social.

O art. 1º da LOAS dispõe o seguinte:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Grandes foram os avanços embora alguns lentos, porém a LOAS veio marcar estes avanços na história da Assistência Social. Fica evidente a importância dessas lutas o quanto foram necessárias e fundamentais para o desenvolvimento destas políticas públicas. Uma esta inserida na outra.

2.3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS

Após demonstrar como foi a trajetória da política de Assistência Social no Brasil, e que para que esta chegasse aos moldes que hoje se encontra tiveram muitos obstáculos a serem ultrapassados, porém sem superação integral de alguns vestígios do passado que se perduram na atual conjuntura dessa política, assim neste capítulo iremos visualizar como se deu a implantação da política de assistência social.

Busca-se compreender qual a percepção dos usuários sobre a política, a importância e se existiram mudanças na vida social, familiar e econômica sobre os projetos e programas socioassistenciais após a implementação dessa política no município em estudo.

As noções de caridade e de ajuda estão muito intrínsecas nesta política e que para superá-las requer muito empenho dos seus executores.

O SUAS foi algo muito comemorado essa nova concepção de assistência social traz alguns objetivos importantes para alcançar dentre esses estão atender as famílias e centralizar os serviços prestados que tenham qualidade.

Ao longo dos anos foram muitas reivindicações e lutas para fazer que os direitos sociais fossem institucionalizados. De alguns anos pra cá ela se consolidou e esta se preparando para alcançar mais objetivos como valorizar a qualidade de serviços prestados e melhoras nas gestões.

A principal ferramenta do SUAS é o recursos humanos, a organização do SUAS é importante, pois são muitos os desafios existentes que profissionais passam. Esta precarização se da devido às mudanças ocorridas no trabalho e na função que o Estado exerce com influência do neoliberalismo.

Para IAMAMOTO

Pensar o trabalho do Assistente Social em tempo de capital fetiche requer também tratar o processo de formação dessa força de trabalho qualificada no âmbito do ensino universitário, sujeito às injunções econômicas, políticas e ideológicas da prevalência dos interesses do grande capital e de seus centros estratégicos mundiais. (2007, p.432),

Os problemas que circundam o trabalho do assistente social ainda são necessários muitos estudos isso inclui a área acadêmica que precisa refletir e analisar esta problematização. Inserir-se na realidade destes profissionais para desenvolver propostas buscando efetivar os direitos destes profissionais.

É preciso haver estudos nesta área serem conhecidos e analisados além de ter o amparo no tocante a realidade. Pois esta profissão enfrenta desafios pensando no presente e no futuro.

Existe muita concorrência no mercado de trabalho assim aparecem os comprometidos e qualificados e os desqualificados gera se ai uma pressão, pois os profissionais precisam estar qualificando-se cada vez mais e os outros precisam buscar se qualificar para entrar no mercado de trabalho.

Um desafio é a questão do salário que não apresenta o valor correto esta é uma das reivindicações destes profissionais. Alguns Estados apresentam esta correção, mas nem todos os Municípios fazem uso desta tabela então decidem quanto pagar. No tocante a terceirização não são muitos há outras categorias que usam deste tipo de trabalho.

O profissional do serviço social tem um leque de opções para desenvolver seu trabalho, podem atuar na saúde, na educação, na habitação, na ecologia, no trabalho e infância e outros campos. Conseqüentemente exige-se que estes profissionais tenham qualificação, pois atualmente o mercado de trabalho é muito competitivo. Esta ampliação no mercado de trabalho vem aumentando de uns cinco anos pra cá e as políticas públicas e alcances importantes como a criação do SUAS contribuíram para que isso ocorresse.

Algo alcançado por esses profissionais é a carga horária de no máximo trinta horas semanais sem que os salários tenham diminuição. Mas a categoria luta por melhores condições de trabalho.

O CRAS um dos órgãos supervisionado pelo SUAS atendem em todo o país, assim ocorre também na cidade de Paranaguá, onde são necessários mais postos para atender a população, pois são muitas famílias e poucos profissionais.

No município o atendimento consiste a principio no reconhecimento da comunidade, da rede sócio-assistencial e da identificação das lideranças no território, para poder se dar início os projetos de trabalho, tanto os socioeducativos como os de geração de renda. São atendidas também pessoas que visam ser beneficiadas com o BPC. Também são inseridos em programas como Bolsa Família,

e outros além de projetos estão envolvidas reuniões para expor a comunidade os serviços prestados, visitas, grupos sócios educativos na comunidade.

Porém há desafios como à falta de profissionais e recursos para atender às necessidades da comunidade carente que tem como direito este auxílio, estrutura física, falta de condução muitas vezes para as visitas, falta de materiais esta precariedade atrapalha no bom desenvolvimento do trabalho e precisa ser revista, pois é direito do cidadão.

Também foi observado outras questões que pecariam o trabalho a dificuldades em realizar um trabalho multiprofissional e interdisciplinar percebe-se uma ambiguidade e conflitos nestas relações. A falta de oportunidade de capacitação profissional, oportunidade está que anteriormente acontecia mais vezes e infelizmente quando há estas capacitações não são encaradas com o devido valor.

CAPÍTULO III

A PRECARIZAÇÃO DO SUAS E SEUS IMPACTOS NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE PARANAGUÁ QUE ATUAM NOS CRAS

Embora os avanços foram grandes ainda há alguns importantes passos para a efetivação dos direitos dos cidadãos neste terceiro capítulo será abordado o tema da precarização que é um dos fatores que tem se tornado um desafio para os assistentes sociais. Os CRAS visitados foram da cidade de Paranaguá onde foi realizada entrevistas com as assistentes sociais. O capítulo também traz qual foi a metodologia adotada, e os assistentes sociais no CRAS.

3.1 OS CRAS EM PARANAGUÁ

Ao longo das décadas as lutas por direitos foram longas e intensas muitas reivindicações foram alcançadas e importantes marcos aconteceram nessa caminhada. Conquistas como tornar a assistência social parte da Constituição um direito de todos os cidadãos dentre outras, porém ainda há ações que se fazem necessárias para uma efetivação do cumprimento destes direitos. A Constituição Federal de 1988, ao definir a assistência social como um direito social de todo o cidadão que dela necessitar, faz com que esse direito que antes caminhava no campo do assistencialismo com um caráter focalizado, imediatista e ajustador dos problemas, passe a se constituir como um direito que deve ser concretizado pelo Estado, intervindo com ações que promovam a equidade na sociedade.

De acordo com Couto a Assistência Social:

[...] apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas. (2010, p.33).

A partir de 1988 a Constituição Federal a assistência social passa a fazer parte da política social de direito isso deu uma significativa contribuição para que ocorressem mudanças na forma de orientar as práticas de assistência social, pois antes quem precisava destes serviços eram encarados como preguiçosos havia algum problema com aquele indivíduo a sociedade tinha uma visão errônea destas pessoas.

De acordo com Sposati a lei reflete essa mudança:

A apresentação de motivos para a inclusão da assistência social na Constituição repudia o conceito de população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal. (2007, p.42).

Na atualidade o Estado tem espaços para que haja o cumprimento destas leis que dão assistência integral aos cidadãos dentre estes o CRAS que

Atende os usuários prestando serviço para a comunidade. Embora esse órgão tenha compromisso com a localidade os desafios que os profissionais passam dificultam o atendimento prestado à comunidade.

Quanto às atribuições dos CRAS:

[...] articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância de exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios. Realiza, ainda, [...], o mapeamento e a organização da rede socioassistenciais de proteção básica e promove a inserção das famílias nos serviços de assistência social local. Promove também o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais, possibilitando o desenvolvimento de ações intersetoriais que visem à sustentabilidade, de forma a romper com o ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social, em evitar que estas famílias e indivíduos tenham seus direitos violados, recaindo em situações de vulnerabilidades e riscos. (PNAS, 2009, p. 35).

No ano de 2009 foi inaugurado o primeiro CRAS da cidade de Paranaguá, atualmente são 4 CRAS um situado no bairro Porto dos Padres, o segundo na Serraria do Rocha, o terceiro no Nilson Neves e o quarto na Vila Garcia. Faz dois meses que cada CRAS pode contar com duas assistentes sociais uma grande ajuda, pois até pouco tempo atrás era somente uma profissional em cada espaço exceto no CRAS do Nilson Neves. O CRAS - Centro de Referência da Assistência Social - Luiz Carlos da Costa Leite está localizado no município de Paranaguá no bairro Porto dos Padres. Conta com uma equipe de duas assistentes sociais, uma

psicóloga, três educadoras sociais, uma assistente administrativa e uma coordenadora. Esta equipe deve prestar informação e orientação à população de sua área de abrangência, segundo a PNAS e demais orientações previstas na LOAS.

Segundo o PNAS o CRAS tem como objetivo “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS, 2009, p.35). Da equipe do CRAS é exigido um amplo acompanhamento e estudos acerca das famílias atendidas, para compreender seus movimentos, dinâmica interna, os novos arranjos que estão postos na região. A partir da dinâmica de trabalho relatada são elaborados projetos que visam atender a demanda local. Para desenvolver as atividades do CRAS.

3.2 DA PESQUISA E O CAMINHO METODOLÓGICO

Para discutir a precarização do trabalho dos assistentes sociais no âmbito do SUAS em Paranaguá, foi realizado um mapeamento sobre as condições do trabalho desses profissionais no município, de maneira a se cotejar a realidade encontrada e a discussão trazida pela literatura.

Ao compreender a PNAS e o SUAS conseguiremos identificar quais as lacunas existentes entre as prerrogativas postas em lei, tal como a NOB/RH, dentre outros documentos que norteiam a estruturação do SUAS, e a realidade local das profissionais que contribuíram com este estudo. Visando torná-las participes dessa discussão, tal como requer um estudo qualitativo, as mesmas foram convidadas a participarem de uma entrevista, a qual foi gravada e posteriormente submetida a análise de conteúdo. Do roteiro da mesma constou questões abertas de forma a se obter subsídios que nos possibilitem identificar quais os impactos que a precarização do SUAS tem sobre o exercício profissional dessas Assistentes Sociais?

Decidir a ferramenta que irá trabalhar é uma tarefa importante tendo em vista um leque de possibilidades. Contudo para a eficácia deste projeto, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa utilizando a entrevista como ferramenta norteadora. De acordo com Duarte “o uso de entrevistas permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos”. (2008, p. 63)

Assim com a ferramenta utilizada para esta pesquisa, foi possível identificar a precarização do trabalho do Serviço Social no âmbito dos quatro CRAS pertencentes ao município de Paranaguá. Portanto, para a realização da entrevista, realizamos uma pesquisa bibliográfica, que fundamentou teoricamente o estudo e a coleta dos dados.

Também adotamos a pesquisa de natureza qualitativa, pois os métodos qualitativos proporcionam um relacionamento mais flexível entre o pesquisador e o entrevistado. As entrevistas seguiram um roteiro previamente formulado, que sofreu alterações e/ou adaptações de acordo com o entrevistado.

O modelo de entrevista que foi realizado com as profissionais, foi semiaberto, com um roteiro de entrevista, que contribuiu para a descoberta de novas e importantes percepções. Como entrevistadora busquei o aprofundamento naquilo que foi pertinente para a pesquisa. Assim como retrata Duarte:

[...] durante a preparação do roteiro guia, uma relação com tópicos relevantes relacionados a cada questão. Depois – e apenas depois – de explorar cada pergunta original ao máximo junto ao entrevistado, o pesquisador confere a relação para saber se todos os tópicos possíveis foram abordados. Tal estratégia mantém a naturalidade e as vantagens da entrevista semi-estruturada e evita que alguma questão relevante não seja abordada. (2008, p.67)

O intuito da entrevista é coletar relatos quanto ao dia a dia das assistentes sociais, o acúmulo de funções, sobrecarga, falta de recurso entre outras precariedades. Assim poderemos fazer um comparativo como deveria ser o trabalho das profissionais no CRAS e como é a realidade atual.

A entrevista semi-aberta possibilita o entrevistado a falar tudo o que ele desejar, sem que seja cortado pelo entrevistador, as perguntas não são fechadas, são como um funil, das perguntas gerais, vão surgindo as específicas e assim tanto o entrevistador quanto o entrevistado ficam na liberdade de falar conforme suas necessidades de expressão. Nas entrevistas, mediante permissão do entrevistado, foi utilizado o gravador como forma de registrar todas as falas, evitando assim conteúdos que eventualmente poderiam ser perdidos e também distorções das falas dos entrevistados.

Nosso objetivo é que as profissionais relatem com detalhes suas experiências, dificuldades, medos, enfim que nos possibilitem um olhar mais correto

quanto os reais problemas dessa precarização, como tudo isso tem afetado diretamente ou indiretamente o exercício profissional das assistentes sociais.

A conversa com as seis assistentes sociais dos 4 CRAS de Paranaguá já foi iniciada, todas já aceitaram participar da pesquisa a fim de contribuir e de dar as respostas que nosso trabalho procura. O Termo Livre de Consentimento Esclarecido já foi providenciado, e será assinado assim que o orientador liberar. As perguntas também já foram selecionadas, estamos só esperando para agendar um dia oportuno para que a entrevista seja realizada, a fim de não atrapalhar muito menos comprometer o trabalho das profissionais.

3.3 SER ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS DE PARANAGUÁ

Foram visitados em Paranaguá os quatro espaços onde se encontram os Centros de Referência de Assistência Social e entrevistadas assistentes sociais que ali trabalham estas profissionais gentilmente responderam a oito perguntas sobre seu trabalho. Porém os nomes usados para representar as profissionais do CRAS serão fictícios.

Quando perguntado as seis entrevistadas sobre o tempo de serviço na Prefeitura de Paranaguá foi relatado que:

Entrevistada a) 15 anos

Entrevistada b) 10 anos

Entrevistada c) 4anos

Entrevistada d) 8 anos

Entrevistada e) 9 anos

Entrevistada f) 11 anos

As entrevistadas já possuem um bom tempo de serviço na área esses anos trazem importantes conhecimentos e muitos deles ajudam no momento de tomar decisões. Decisões essas em fundamentos legais, sempre tentando visar o bem estar dos cidadãos.

A segunda questão faz um questionamento sobre se as profissionais se sentem capacitadas para atuar no CRAS?

Entrevistada a) Bom capacitada, acho que a gente deve estar em constante capacitação, atualização é imprescindível na nossa área, mesmo por que tudo muda a todo instante. Eu não me considero capacitada, pois além de não termos essa capacitação atual no município, a gente já teve há uns 2 anos atrás, via internet, MDS, pelo município faz uns 2 anos que não temos, então penso que o profissional não pode se deter apenas na falta de capacitação oferecida pelo município, ele mesmo deve procurar se atualizar, as informações mudam a todo instante.

Entrevistada b) Bom, capacitada, isso é muito amplo! Eu acredito que não, não como eu pensei que estaria quando cheguei aqui. A gente sai da universidade com outra visão, e assim 4 anos é pouco, e ainda mais no meu caso que fiz estágio no TJ, e na faculdade vemos mais o campo genérico e o amplo, não estuda beneficia, não estuda programa, então assim quando eu cheguei aqui foi um baque para mim, mas foi bom, pois eu tive fazer toda uma releitura, uma atualização. Porém quando eu cheguei, não peguei um bom momento do município, várias situações do bolsa família, então já cheguei trabalhando, e não consegui parar logo de início para me socializar com as políticas entre outras características da instituição.

Entrevistada c) Não me sinto capacitada, pois não existe uma capacitação como pro BPC, entre outros benefícios, quando o usuário chega aqui com várias demandas que muitas vezes nós não possuímos total domínio do assunto e daí é necessário buscarmos isso com outras redes, nós deveríamos ser bem preparados, pois todas as demandas vem para cá, o CRAS é a porta de entrada, tudo passar aqui, então seria necessária uma capacitação.

Entrevistada d) A capacitação deve ser contínua, a fim de adequar as mudanças que se fazem presentes tanto nas leis da profissão, como também no cenário social, repercutindo no atendimento ao usuário. Tenho buscado um aprimoramento constante para melhorar minha atuação profissional

Entrevistada e) Sim. Tenho experiência profissional, busco sempre estar atualizada e me identifico com a proposta de trabalho da Proteção social básica.

Entrevistada f) Sim me sinto capacitada para atuar no CRAS, pois há 11 anos trabalhando na Secretaria de Assistência Social adquiri conhecimentos na área,

realizei alguns cursos, participei de algumas capacitações e palestras. Porém sempre é necessário capacitações e estas não ocorrem com frequência.

Há opiniões diferentes, pois algumas acreditam estar preparadas e capacitadas para atuar, outras já acreditam precisar mais de capacitações, palestras seminários para enriquecer a forma de trabalho, não há dúvida de que existem muitas políticas inseridas e num primeiro momento nem sempre é fácil entender todas, também há a questão da burocracia. Concordo com que uma das entrevistadas falou que as capacitações deveriam ser contínuas, pois o sistema sempre está mudando, então se faz necessário acompanhar para atender melhor os usuários e melhorar a forma de desenvolver o trabalho na profissão.

Quanto à desvalorização do trabalho em relações a verticais e horizontais já houve?

Entrevistada a) Pelo tempo de trabalho, trabalho na prefeitura há 15 anos, durante todo esse tempo sim, acho que é uma vertente não só da nossa profissão, mas das demais também, pois muda de chefia conforme muda o governo, então existe chefia que valoriza o teu serviço e outras não, claro que sentir seu trabalho menosprezado não é nem um pouco bom, às vezes você luta, discute, mas se a sua chefia não te aceita como profissional nem como pessoa é bem complicado. Já passei por vários momentos, hoje a gente vê situações que o teu lado profissional é bem mais valorizado do que antes, fazendo uma retrospectiva desses 15 anos de trabalho, já passei por muitas chefias, e aonde a assistência social era vista como um mero espaço aonde profissional que ficava naquela casinha, naquele cantinho, eu vejo que a partir do momento que tivemos o SUAS ele começou a dar uma valorização melhor para o profissional.

Entrevistada b) Ainda não tive (risos) é muito recente a minha entrada.

Entrevistada c) Sim, tanto na horizontal como na vertical, não sei se é pela falta de conhecimento que as pessoas possuem pela política da assistência, a maioria imagina que assistente social tem que ser boazinha, assistencialista, então quando se deparam com um profissional que se posiciona, isso causa algumas situações, como achar que você não quer trabalhar. A ordem vem de cima pra baixo e só por este motivo você tem que acatar todas as ordens, mesmo que elas firam sua profissão e seu Código de Ética.

Entrevistada d) Sim, em sentido horizontal, por abuso de poder por parte de outros gestores que já passaram pela minha trajetória como profissional.

Entrevistada e) Sim. Embora a política da assistência social esteja mais difundida ainda vemos práticas assistencialistas, gestores despreparados e falta de conhecimento dos direitos sociais. Ainda, por vezes temos nossos pareceres sociais desrespeitados o que gera desgaste desnecessário.

Entrevistada f) Não tive desvalorização do trabalho pelo contrário.

O assistente social atualmente tem conseguido mostrar qual é a real concepção de sua profissão, ao longo dos anos foi dura e árdua essa luta, pois fazendo uma retrospectiva o profissional era encarado como uma pessoa que prestava caridade aos necessitados, aos menos favorecidos isso é indicado devido a influência da igreja neste meio. Essa imagem ainda durou por décadas para então iniciar uma mudança. Como mencionado em uma das entrevistas a assistente social tem a imagem daquela pessoa boazinha ainda há confusão desta imagem, ainda se práticas assistencialistas, porém o trabalho desenvolvido pode contribuir com essa mudança de concepção. Valorizar o trabalho do assistente social que desempenha um importante papel na sociedade.

Na quarta pergunta foi questionado se considerava os assistentes sociais enquanto categoria profissional, uma classe que se mobilizava em prol de seus direitos?

Entrevistada a) Não (risos)primeiro começo pelo CRESS, eu tenho uma critica feroz contra o CRESS, acho que a gente paga muito caro para receber pouco trabalho, começa aí também a nossa desvalorização, o que o CRESS faz enquanto valorização profissional, o que está acontecendo que eles não vem nos municípios saber o que está acontecendo com o profissional, e não só na base da denuncia, acho isso deveria partir do nosso conselho para a valorização do profissional, quanto aos nossos direitos, reivindicação de salário, cadê nosso piso salarial? O que o CRESS esta fazendo em relação a isso? Tivemos um avanço nas 6 horas, mas pequeno, pois tem empresa e instituições inclusive governamentais que não aderiram essa conquista. Então começa tudo por aí, a desvalorização das chefias que a gente tem, e a questão da mobilização dos nossos direitos eu começo por aí, a nossa classe não é unida, não só pelo CRESS, nós mesmo enquanto profissionais, uma é serviço em cima de serviço, e que tempo que a gente tem de se

encontrar, se mobilizar, e que respaldo que o CRESS dá para a gente nesse sentido? Então nós somos profissionais em busca dos direitos, em busca de lutar pelo direito nos outros e a gente luta pelos nossos?

Entrevistada b) Poxa a gente luta pelo direito dos outros, pela ampliação, pela garantia e pelo fortalecimento desses direitos, mas enquanto classe é pouco. Acredito que isso também há todo um processo cultural, desde o golpe militar aonde a atuação era muito forte como classe trabalhadora aí vivemos um outro período em 2000 na era PT digamos, e aí acabamos nos acomodando os movimentos enquanto todo, e as assistentes sociais também participaram disso, mas agora já percebo que nascendo outro movimento, de está se fortalecendo novamente enquanto categoria, a questão das 30 horas finalmente, agora a luta pelo piso salarial, pelos profissionais nas escolas, então assim acho que está sendo bem revisto isso enquanto categoria, mas ainda é pouco. Quando eu cheguei faz 1 mês, eu participei já de uma reunião com a equipe técnica para definir nossas atribuições quanto, requerer nossos direitos, nossos deveres, se organizar enquanto classe no município, então assim, como eu cheguei há um mês e já teve uma reunião, achei bem valido, acho que isso fortaleceu.

Entrevistada c) Eu acredito que não, nesse momento assim nós nos encontramos mais preocupados com os usuários, na viabilização dos direitos deles, que acabamos esquecendo dos nossos enquanto profissionais. Mas agora há poucas semanas nós começamos a nos encontrarmos todos os técnicos da assistência (assistente social e psicólogo), em busca de uma união, um fortalecimento de trabalhadores, então estamos começando isso, há um longo trajeto, mas acredito que já é um começo, porque antes não havíamos nada como esse espaço para dividirmos nossas dificuldades entre outros assuntos como profissionais da mesma área. Ainda existe muita resistência dos superiores, pois não concordam que saíamos para esse tipo de coisa no horário de trabalho, isso gera um desconforto nosso como profissional, mas acredito que essas reuniões comecem a nos ajudar enquanto categoria.

Entrevistada d) É uma questão que tem que ser melhorada, embora a categoria luta pelo direito da sociedade ou preconiza esta ação, nem sempre isso se dá quando se diz respeito aos próprios profissionais. Percebe-se que no contexto dos profissionais da área que trabalham na prefeitura alguma mobilização neste sentido vem acontecendo recentemente, o número de profissionais vem

umentando, colaborando de certa forma para o crescimento da categoria, mas a caminhada tem muito que avançar. A categoria num todo não conseguir se quer um piso salarial regulamentado por lei e também há instituição privadas que não aderiram às 30 horas semanais, tudo isso é uma questão que deve ser revista pela categoria independente do campo de atuação.

Entrevistada e) Acredito que houve avanços e maior representatividade. Em Paranaguá os profissionais do SUAS por iniciativa própria tem se reunido mensalmente para dialogar sobre questões pertinentes as relações de trabalho.

Entrevistada f) Sim, acredito que quando se faz necessário a categoria é unida, porém nem sempre há liderança para que essa mobilização ocorra.

Acredito ainda que é necessário mais diálogo e acordo entre as profissionais é evidente que esse assunto causa polêmica e divisão, fazer uma maior reflexão sobre o assunto pode contribuir para mais união e não brigar, discutir, mas estudar possibilidades de reivindicar nossos direitos não deixando de atender os usuários visando o bem estar deles.

Nas próximas perguntas o tema enfatizado foi à questão da precarização, como as profissionais percebiam a precarização, quais os fatores que contribuem, de que forma afetam o exercício profissional.

Entrevistada a) Bom isso a gente vê no nosso dia a dia de trabalho, a questão da falta de equipamentos como computadores, internet. Carro eu não posso falar, pois, tem vindo para mim toda terça e quinta, é necessário ter carro todos os dias? É mas não podemos viver em função disso, eu no meu ver enquanto profissional eu acho que 2 dias o dia inteiro para fazer visita é o suficiente, pois tenho 3 dias para fazer os atendimentos, e se eu tiver carro todos os dias, que hora vou atender? Então vejo nessas coisas a precarização, o nosso CRAS tem um problema serio com internet, nós não temos portabilidade de internet, é culpa do secretario? Da prefeitura? Não sei, não chega aqui o cabo. É a questão do material físico, computadores, material humano, a gente sente falta desses profissionais, estamos com falta de profissionais de nível médio aqui no CRAS, educador social, técnico administrativo. A nomenclatura no CRAS prevê isso 3 profissionais de nível superior, 5 de nível médio, um coordenador e um auxiliar de limpeza. O educador social nos faz muita falta, pois não tem como fazermos busca ativa pela falta do recurso humano. Financeiro? Também, a gente sabe que vem recurso para o CRAS, mas é

toda uma burocracia que temos que passar, que a gente não consegue comprar as coisas de imediato não vem pra gente, é dinheiro fundo a fundo, é prefeitura. Mas o que eu enquanto profissional vejo é recurso humanos e a questão da internet, pois o CRAS hoje é muito abrangente, todos os recursos federais, estaduais passam aqui pelo CRAS, seja o programa do leite, seja o bolsa família, e gente precisa principalmente da internet, de computadores, Q&QA isso prejudica muito o nosso trabalho.

Entrevistada b) Ah isso é muito fácil (risos). Começamos pelo lado material, não temos computadores, os que têm aqui não funcionam, não temos internet, chega um usuário aqui querendo saber como está o andamento do processo do seu benefício, também é uma burocracia do cão, pois tem que pedir uma folha resumo para o usuário, daí você depende de lá (Central do Bolsa Família ,terminal de ônibus) e assim é muito burocracia, eu não consigo aceitar isso que até hoje não tenha internet aqui, em que mundo vivemos esse? Daí chega um usuário aqui querendo saber de um novo programa, benefício e não tem internet pra gente pesquisar, qualquer coisa como o motivo que o bolsa foi cancelado, uma simples folha resumo, nada conseguimos fazer aqui pela falta da internet. Então acaba tendo que levar trabalho pra casa, e é isso, eu já soube que alguns profissionais levavam caderno (CAD/ÚNICO) para casa para passar para o sistema, mas eu não faço isso, nem conte comigo para fazer isso. Espaço físico, nossa sala de grupo é minúscula, ontem fizemos um grupo das mulheres e simplesmente tivemos que colocar as mulheres na recepção, pois não havia espaço para todas na sala, e outra coisa, querem tanto que seja feito os grupos e as reuniões sócio educativas e simplesmente não dão condições para isso, as educadoras sociais que já ganham pouco tiram do salário dela para comprar os materiais e o lanche, terrível. Outra coisa é o carro, às vezes não tem gasolina, daí querem que seja feita visitas como? Às vezes recebemos uma denúncia, mas pela falta de carro não conseguimos fazer o atendimento. O espaço aqui não sei há quanto tempo não recebe uma reforma, a pintura gasta, quem que gosta de frequentar uma espaço assim?

Entrevistada c) Agora está um pouco melhor em relação à equipe, há 2 meses chegou um nova colega da área para ajudar, mas antes da chegada dela era muito difícil, pois eu trabalhava muito mais que minha carga horária para não permitir que o usuário ficasse sem atendimento, o acumulo era muito presente . Porém a chegada de qualquer profissional é um pouco complicada, pois a maioria

desconhece totalmente a Política que norteia o CRAS, não conhecem o SUAS, então isso dificulta nosso serviço, pois ainda existe uma idéia muito forte de assistencialismo, se houvesse uma capacitação para esses profissionais seria muito mais fácil, porque acaba se batendo se frente com os andamentos e isso não contribui para o bom andamento do serviço, isso ocorre muito em relação a coordenação que possui a formação em pedagogia e vem um olhar da educação, e o serviço na assistência social é totalmente diferente. Outras dificuldades são aos materiais, não possuímos internet, nossos computadores funcionam quando queremos que prejudica e muito os atendimentos, pois qualquer coisa que precisamos do sistema, dependemos do Bolsa família do terminal, que é a central, então uma simples folha resumo do bolsa temos que depender da central. Esses equipamentos básicos em minha opinião não poderiam faltar, os carros tem semana que eles vem, tem outras que não, e precisaríamos dele sempre, pois às vezes vem algumas situações que precisamos resolver na hora, e isso dificulta bem o trabalho. Existe também a questão que a equipe muda toda hora e isso influencia no nosso serviço pois essa semana tem educadora e começamos um trabalho com a família, na outra semana ela não está mais, então dificilmente conseguimos dar continuidade. Afeta porque você não tem o mínimo para trabalhar, daí você acaba tendo que fazer outras coisas que não fazem parte do seu serviço. Afetam porque você não consegue fazer um relatório, pois não tem internet e fica na dependência de outro órgão fornecer esses documentos. Outra questão como já falei e a falta de capacitação para o pessoal que chega para trabalhar na equipe e desconhece totalmente a Política de Assistência, entender o que é o serviço social, o que é o trabalho da assistente social, qual é o papel do coordenador, no educador, quando não se possui o mínimo de conhecimento da aera atrapalha muito o nosso trabalho, isso gera às vezes alguns conflitos que não permitem que seu trabalho flua na maneira esperada. A questão do carro afeta, pois não conseguimos atender o PAIF, e isso é competência do CRAS, mas a falta do veiculo influencia no atendimento as famílias. Algo bem presente que afeta muito nosso trabalho é que a coordenação tanto do CRAS,CREAS,PET entre outros é ocupada por pedagogos, não tenho nada contra eles, mas a visão deles é totalmente diferente da nossa, eles vem da educação e a educação é diferente da assistência, acredito que se a coordenação fosse ocupadas por profissionais do serviço social ou da psicologia isso também contribuiria para o bom funcionamento da instituição.

Entrevistada d) Rede sócia assistencial e de outras políticas publicas em quantidade e qualidade insuficiente para atender a demanda de nossos usuários. Percebe-se a resistência ou falta de condições das entidades de assistência social em se adequar aos nossos parâmetros instituídos pelo SUAS para se caracterizar como entidades de assistência social. Predominando ainda o assistencialismo e conservadorismo. Dificuldades em realizar um trabalho multiprofissional e interdisciplinar. Percebe-se uma ambiguidade e conflitos nestas relações. Oportunidade de capacitação profissional, oportunidade está que anteriormente acontecia mais vezes. Porém às vezes quando surgem essas oportunidades alguns profissionais da área não dão o devido valor. Falta de recurso para a realização do trabalho, embora isto ocorra muitas vezes além da vontade do nosso gestor imediato, mas acaba prejudicando a realização das atividades sócio educativas, no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. O espaço físico também é insuficiente, a gente conta com a ajuda da associação de bairro que nos empresta todos os dias da semana o espaço físico deles, para que possamos fazer os grupos, pois não possuímos um espaço dentro da instituição para essas atividades que são de extrema importância para o fortalecimento dos vínculos e as oficinas de geração de renda.

Entrevistada e) A precarização se dá de varias formas pela falta de respeito para com os profissionais, pela não garantia dos direitos dos usuários, pela falta de estrutura para o trabalho, pois embora a política da assistência tenha criado várias normas (NOBSUAS), ainda não temos equipe mínima no equipamento, há falta de recursos materiais e humanos, internet, computadores, carro disponível para visita, pois temos duas vezes na semana. Afetam na qualidade do serviço prestado ao usuário que pela falta de recursos humanos e físicos, acabam sendo prejudicados.

Entrevistada f) Não vejo como precarização, pois significa falta. Em relação à precarização do serviço prestado à população entendo que poderia existir um melhor planejamento no plano de aplicação dos recursos para desenvolvimento do trabalho com mais qualidade. Penso que a questão burocrática é um dos fatores que contribuem para a questão. Quando se tem programas e projetos funcionando

Infelizmente ainda há dificuldades enfrentadas pelas profissionais do CRAS estes foram comentados ao longo destas respostas acima e realmente a falta de condução, de material, de profissionais dificulta o trabalho isso acontece em qualquer área quando há falta a atraso e nem sempre a qualidade esperada,

principalmente no país em que vivemos que a desigualdade e as injustiças são aparentes e temos uma população carente que precisa de atendimento de uma orientação capaz. Contudo algumas entrevistadas relataram o receio em responder essas questões que dizem respeito à instituição a qual estão inseridas e a gestão, relataram a dificuldade em falar sobre algo que elas estão inseridas e que com toda certeza haveria uma certa restrição em relação as respostas, que não teriam como ser totalmente sinceras em relação a esse tema que é um pouco delicado e crítico.

Enfim o que sugerem as profissionais entrevistadas?

Entrevistada a) A minha sugestão seria a nível federal essa questão de entrada, eu vejo que o CRAS que deveria ter essa autonomia, mas em função de ser um órgão público e depender de uma responsabilidade municipal que também depende de um federal, se contorna complicado. Mas eu vejo que uma das situações seria que o CRAS deveria ter essa autonomia, de tentar buscar melhorias para o próprio equipamento, assim seria mais fácil, não ia precisar depender desses trâmites burocráticos que a legislação exige, que passa por todo um processo de licitação via prefeitura, se a prefeitura já está com saldo negativo, não consegue comprar nada, atrapalha todos os CRAS, minha sugestão seria essa, uma autonomia do CRAS para gerenciar tudo isso.

Entrevistada b) 4 CRAS é um numero bem pequeno para a cidade, ter capacitação profissional sempre, contratação do quadro mínimo para Entrevistada c) o CRAS, as verbas serem destinadas para os cursos. Nossa são tantas coisas, que chega na hora, dá um branco. Acho que essa capacitação também entra um pouco na parte de serem construídas reuniões da equipe técnica, pois a maioria das coisas vem de cima para baixo e a gente que está na realidade nós não entendemos quais são as necessidades, e estar construindo isso com a equipe, com um coletivo, como um tudo, e assim como quando a gente vai construir alguma coisa para a comunidade não adianta construirmos algo se não tivermos apoio, então construir algo no coletivo é mais fácil.

Entrevistada d) Na minha opinião é primeiro garantir a equipe mínima para o CRAS, oferecendo também uma capacitação adequada para o profissional para que ele ao menos conheça o espaço que será inserido junto as políticas daquela instituição. A questão de dos equipamentos básicos como computadores, internet, impressora é o mínimo que a instituição deveria possuir.

Entrevistada e) Espaço para manifestações.

Entrevistada f) Sugiro revisão de legislação, sugiro mais participação e controle popular nas políticas públicas. Atuação efetiva da sociedade (de cada cidadão) nos conselhos, conferências, fóruns, no âmbito onde as políticas públicas nos beneficiam.

Importantes sugestões, pois quem está neste trabalho sabe como ninguém quais são as necessidades existentes, porém pode-se notar que algumas parecem ainda estar longe para alcançar, mas não desistir e lutar parece uma utopia, mas foi desta maneira que chegamos aonde estamos, pois rever o passado nos dá uma ideia de como é importante ter o desejo e lutar por ele por mais longo que seja o caminho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O início do trabalho trouxe considerações importantes sobre a questão social, como se deu e quais foram os influenciadores e participantes nesta fase da história tão marcante que deixa suas contribuições até hoje para os profissionais da assistência social e para às conquistas de direitos que foram adquiridos com o passar dos anos.

Essas conquistas tiveram longos anos de espera intensificando-se a partir de algumas décadas pra cá. Especialmente com a Constituição Federal de 1988 a assistência social passa a ser encarada como direito fazendo parte da seguridade nacional e de alguns anos até hoje mais importantes ações foram tomadas para que o profissional fosse observado com a correta concepção sobre si e seu trabalho.

A pesquisa realizada tem como alvo principal abordar as questões que envolvem o CRAS na cidade de Paranaguá. As entrevistas realizadas foram contribuições significativas para o desenvolvimento deste, para isso foi visitado as quatro unidades do CRAS da cidade e as seis assistentes sociais por meio de um roteiro que foi utilizado para fazer as entrevistas tiveram a oportunidade de falar sobre seu dia a dia, suas expectativas e desafios.

Embora as conquistas mencionadas sejam marcos na história ainda é preciso mais para a efetivação dos direitos dos cidadãos, pois ainda alguns desafios nestas unidades têm dificultado conforme relatado o trabalho destas profissionais.

Ao perguntar às assistentes sociais sobre quais os maiores desafios enfrentados no dia a dia elas contam que a falta de materiais, falta de condução, melhor planejamento no plano de aplicação de recursos para o desenvolvimento do trabalho, a burocracia e de mais profissionais são fatores que tem dificultado o trabalho destas profissionais.

Também foram feitas sugestões para amenizar as situações que dificultam o desenvolvimento do trabalho das Assistentes Sociais.

O objetivo geral deste trabalho era “Analisar quais são os elementos constitutivos da precarização do trabalho dos Assistentes Sociais nos CRAS de Paranaguá” e como essa precarização afeta o trabalho dessas profissionais e de que forma isso prejudica nos atendimentos.

Entretanto com todo o resgate histórico que fizemos e leituras realizadas para a conclusão deste trabalho, fica a nossa dúvida em relação a quem caberia essa fiscalização?

Quem deveria garantir que essas trabalhadoras tivessem seus direitos enquanto profissionais garantidos? Afinal se existe realmente essa precarização, ela acontece por quais motivos?

Concluimos assim nossa pesquisa na incerteza de que as condições de trabalho dessas profissionais, sejam garantidas por alguém, seja pelo Governo, Estado ou Município.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília: MDS\SNAS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Proteção social básica”(Em:<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif>> Acesso em: 09 Fev. 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PAS. Brasília: DF, 2009.

COUTO, Berenice Rojas [coord. et. al]. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

LOAS Anotada: Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília: DF, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAURELL, Asa Cristina (org). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**.3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultura, 1982. 416p.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço social: identidade e alienação**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1997. 165p.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **A Assistência Social no Brasil, 1983-1990**. São Paulo: Cortez, 1991.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **A centralidade da família na política de assistência social**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, Universidade de São Paulo. Em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100011&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 03 Fev. 2013.

APÊNDICES

Apêndice 1
Termo de Consentimento Livre Esclarecido



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



CÂMARA DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
CÂMARA DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma dela é sua e outra é do(a) pesquisador(a).

Título do projeto: “Precarização do Trabalho do Assistente Social nos Centros de Referência de Assistência Social do município de Paranaguá”.

Acadêmica responsável: Barbara de Paula dos Santos

Telefone: (41) 9886 8831

Orientadora: Prof^o Neilor Vanderlei Kleinübing

Telefone:

O Objetivo desta pesquisa é “Analisar as percepções das assistentes sociais dos quatro CRAS de Paranaguá a fim de entender os motivos que tem prejudicado os seus atendimentos e suas responsabilidades efetivas quanto profissionais”.

A sua participação na pesquisa consiste em participar de uma entrevista que será realizada pela acadêmica, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o(a) pesquisado(a). Os procedimentos aplicados nesta pesquisa não oferecem risco a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelos telefones acima citados.

Permito que a acadêmica relacionada acima obtenha fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Concordo que o material e as informações obtidas possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade da acadêmica-pesquisadora responsável por este e sob sua guarda.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____
CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito.
Fui devidamente informado e esclarecido pela acadêmica-pesquisadora sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local: _____ Data ____/____/____.

Nome e assinatura do entrevistado(a): _____

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Apêndice 2
Roteiro da Entrevista

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – Tema: “Precarização do Trabalho das Assistentes Sociais nos Centros de Referência de Assistência Social”.

Local: _____ Data: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PROFISSIONAS DO SERVIÇO SOCIAL DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARANAGUÁ

Nome: _____

Idade: _____

Tempo de formação: _____

Profissional do CRAS: _____

Roteiro da Entrevista:

- 1) Há quanto tempo você trabalha na Prefeitura de Paranaguá?
- 2) Você se sente devidamente capacitada para atuar no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social? Explique
- 3) Você já teve seu trabalho desvalorizado/menosprezado, em relações verticais ou horizontais?
- 4) Você considera os assistentes sociais enquanto categoria profissional, uma classe que se mobiliza em prol dos seus direitos? Explique
- 5) Como você percebe a precarização?
- 6) Quais os fatores que contribuem para a precarização?
- 7) De que forma eles afetam o exercício profissional?
- 8) O que você sugere que seja feito para amenizar esta situação?
- 9) Espaço para manifestações.